

RESENHA

MARX ECOLÓGICO? UMA CRÍTICA

GUILHERME DA S. RIBEIRO¹

Resenha de *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*, de John Bellamy Foster. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 418pp, 2005 (2000).

A Ecologia de Marx: Materialismo e Natureza, de John Bellamy Foster, publicado originalmente no ano 2000 e traduzido em português em 2005, não é um livro despretensioso. Independente de abordar uma questão já bastante discutida pela literatura marxista — a saber, o papel da natureza na obra de Marx —, Foster deseja ir além. Para ele, o pensamento marxiano é integralmente ecológico; o materialismo histórico-dialético seria indissociável de uma preocupação “ecológica” em relação à natureza.

Estamos diante de um livro bem-documentado. Tal virtude está diretamente ligada à tessitura argumentativa elaborada por Bellamy Foster, autor conhecido no Brasil por ser um dos organizadores da coletânea *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo* (Bellamy Foster & Wood, 1999 [1997]). Nesta coletânea, ele assina dois artigos. Um deles chama-se “Marx e o meio ambiente”, onde podemos encontrar parte das teses desenvolvidas no que viria a se transformar em livro. Conforme ele, as raízes do materialismo de Marx devem ser procuradas em Epicuro, pensador que não foi devidamente valorizado no âmbito da reflexão sobre Marx quanto o foi no que diz respeito a suas influências sobre a Ciência Moderna. É assim que este pensador grego ocupa praticamente todo o livro. No limite, uma leitura mais crítica diria que Epicuro aparece mais do que o próprio Marx.

De fato, embora o livro deva receber créditos por iluminar determinados aspectos ao redor do materialismo envolvendo Malthus, Marx e Darwin — ainda que recaia no discurso já tão conhecido das críticas de Marx a Hegel e a Feuerbach, bem como em uma defesa obsessiva e nem sempre convincente da dialética —, parece que ele acabou por ampliar demais a discussão e, assim, negligenciar seu principal personagem. Nesse sentido, se o livro fosse intitulado “A ecologia de Marx: as referências formadoras” seria mais adequado, diante dos resultados do conteúdo apresentado propriamente dito. Se estivéssemos a analisar uma tese de doutorado, a advertência seria inequívoca: má delimitação do objeto de pesquisa...

¹ Universidade Federal Fluminense - UFF (Geografia), 28015-030 Campos dos Goytacazes - RJ, Brasil.

Por exemplo, Bellamy Foster não se pronuncia, em momento algum, sobre seu conceito de *ecologia*, nem tampouco sobre o que entende por *fatores ecológicos*. Efetivamente, a nosso ver, é apenas no final do capítulo V, “O metabolismo entre natureza e sociedade” — mais precisamente, a partir da página 230 —, que a argumentação central da obra se torna convincente. Para Marx, existe uma interação metabólica entre o homem e a natureza que será rompida pelo capitalismo. A propriedade privada, instaurando a divisão do trabalho, separa o camponês da terra, de uma relação íntima e tradicional com o solo, provocando uma “falha metabólica” incontornável no modo de produção capitalista. Por conseguinte, a relação predatória com a natureza, vista tão somente enquanto repositório de lucros em potencial. Portanto, no capitalismo, o homem se aliena da natureza. A propósito, a Geografia marxista brasileira possui vasta literatura a respeito.

Ensaaiemos reconhecer os méritos do autor. Na verdade, sua investigação é uma espécie de descoberta pessoal pois, segundo confessa no Prefácio, “minha trilha para o materialismo ecológico estava obstruída pelo marxismo que eu havia aprendido pelos anos afora” (p.8). Aos poucos, ele ia sendo convencido por alunos e colegas da importância do tema em Marx. É assim que ele demarca um “ponto de virada do meu pensamento” e a possibilidade de uma “história detetivesca” (p.10).

Ora; serão tais questões novidades para os geógrafos? Situações como essa nos mostram que, mesmo que sejamos críticos incansáveis da história e da epistemologia geográficas, talvez devamos valorizar um pouco mais nossas conquistas e debates — tal como o fazem *territorialmente*, ou seja, protegendo muito bem suas fronteiras, historiadores e sociólogos. Não por acaso, o geógrafo italiano Massimo Quaini e seu *Marxismo e Geografia* (1979) são citados logo no início: “Marx... denunciou a espoliação da natureza antes do nascimento de uma moderna consciência ecológica burguesa” (p.23). Todavia, o que para Bellamy Foster é novidade, para a Geografia é parte integrante de seus principais debates. Referimo-nos ao fato de que ele simplesmente ignora livros cruciais como *Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção de espaço*, de Neil Smith (1988 [1984]), e *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*, de Edward Soja (1993 [1989]). Isso para não mencionarmos o marco que representou a reflexão do filósofo francês Henri Lefebvre no que tange às relações entre marxismo, natureza e espaço. Em 1970, numa conferência oportunamente intitulada “Reflexões sobre a política do espaço”, ele já falava em “novas raridades”, que não seriam outras senão a água, o ar, a luz, a natureza, o espaço! (LEFEBVRE, 2008 [1972]).

Destarte, é um pouco nesse sentido que Bellamy Foster mostra profunda ingenuidade ao associar “um conceito de sustentabilidade ecológica mais amplo” (p.230) por parte de Marx com “a verdadeira essência da noção atual de desenvolvimento sustentável” presente na...Comissão Bruntland! (p.230). Em suas próprias palavras: “A ênfase de Marx na necessidade de manter a terra em benefício da ‘cadeia de gerações humanas’ (uma idéia que ele havia encontrado no começo da década de 1840 em *O que é a propriedade?* de Proudhon) captava a verdadeira essência da noção atual de desenvolvimento sustentável, celebrenemente definida pela Comissão Bruntland como

o ‘desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas necessidades’. Ou, como Marx, captando a mesma idéia essencial, formulou em outro local, o ‘tratamento cômico e racional da terra como propriedade comunal permanente’ é ‘a condição inalienável para a existência e reprodução da cadeia de gerações humanas’” (p.230-231).

Ora; como é possível um marxista convicto querer vincular o maior crítico do capitalismo a um documento de origens liberais, forjado por organismos internacionais (ONU) cujo objetivo é apenas o de conservar a natureza enquanto *recurso* visando garantir não o “futuro das gerações”, mas sim a manutenção dos lucros do capital? Se concordarmos com Bellamy Foster neste ponto, é criada uma situação, no mínimo, desconcertante: capitalistas em prol do desenvolvimento sustentável lançando mão dos raciocínios de Marx para legitimarem seus discursos!

A despeito deste equívoco, um dos elementos positivos do livro é o esforço em aproximar o marxismo das Ciências Naturais. Ao encarar de frente — embora de maneira pouco aprofundada — o interesse de Marx por Darwin, lembrando que aquele admitia a teoria da seleção natural como a base para o materialismo histórico-dialético e a luta de classes (pp.277-280), Bellamy Foster não teve receio de, por assim dizer, mexer num vespeiro ². É nesta mesma linha de pensamento que, como não poderia deixar de ser, a *Dialética da Natureza*, de Engels (1974 [1878-1879]), é não só reabilitada como passa por uma rica contextualização no sentido da existência de uma ciência *una*, para além da artificial separação entre Ciências Humanas e Ciências Naturais. No momento em que vivemos uma profunda crítica à epistemologia moderna e às fronteiras disciplinares, este é um aspecto que merece ser separado. Não por acaso, a parte mais interessante do livro é o subcapítulo “Marx e Engels: trabalho e evolução humana” (pp.273-287), com férteis *insights* para pensarmos a ciência geográfica. Aliás, para os partidários da disciplina que insistem na articulação Geografia Humana-Geografia Física — o que é algo diferente da articulação homem-meio, inútil ressaltar —, certamente o livro é um banquete.

De qualquer maneira, tal como pensado por Bellamy Foster, o marxismo ainda soa muito fechado em si mesmo. Em pleno século XXI, um capítulo de quarenta e cinco páginas intitulado “A concepção materialista de história” não transmite outra coisa senão a sensação de “mais do mesmo” que, parece, não contribui nem mesmo para a própria literatura marxista. Quem, em sã consciência, pode abrir mão da boa e atual crítica política, econômica e social advinda do marxismo? No entanto, uma vez

² “No primeiro volume do *Capital*, (...) Marx faz uma breve teorização (em duas notas de rodapé) sobre a relação da teoria de Darwin com a sua própria análise do desenvolvimento da história humana através das mudanças na produção e na tecnologia. Referindo-se ao ‘trabalho que fez época’ de Darwin, Marx usa a comparação de Darwin do desenvolvimento dos órgãos especializados (em ‘Leis da Variação’, no capítulo 5 da *Origem*) para ajudar a explicar sua própria noção de como o processo histórico de fabricação ‘multiplica os incrementos do trabalho, adaptando-os às funções especiais e exclusivas de cada tipo de trabalhador’ (já separados pela divisão do trabalho). Mais adiante no *Capital*, Marx bebe da mesma distinção de Darwin para diferenciar entre o desenvolvimento da ‘tecnologia natural’ no processo da evolução natural das plantas e animais e o desenvolvimento da tecnologia humana no processo da história humana (evolução humana)” (p.277-278).

que as virtudes do mesmo são por demais conhecidas, cremos que seria mais útil uma discussão acerca dos *limites* desta corrente de pensamento, pois só assim seria possível renová-la: mantendo o que tem de melhor, e abri-la às novas questões colocadas pelo século XXI.

Nessa conjuntura, é difícil conceber uma abordagem ao tema *materialismo e natureza* sem fazer menção alguma à herança do historiador francês Fernand Braudel. Ao nosso ver, trata-se do representante das Ciências Humanas que mais contribuiu para o entendimento dos papéis do *meio* na história moderna, com destaque para *La part du milieu*, primeira parte de *Méditerranée e mundo mediterrâneo à época de Felipe II* (1949) e *As Estruturas do Cotidiano: o Possível e o Impossível* (1967), volume inicial da trilogia *Civilização Material, Economia e Capitalismo – XV-XVIII*.

Eis um belo debate para aqueles que se consideram marxistas: as convergências e divergências entre Marx e Braudel no tocante ao materialismo e à natureza em termos de uma teoria da história. Afinal, de que serve a dialética... se o marxismo só dialogar com seus próprios pares?

Referências bibliográficas

BELLAMY FOSTER, John. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 (2000).

———, WOOD, Ellen Meiksins (orgs.). **Em Defesa da História: Marxismo e Pós-Modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (1999 [1997]).

BRAUDEL, Fernand. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. Paris: Armand Colin (1949).

———. **Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII. Volume 1: As Estruturas do Cotidiano: o possível e o impossível**. São Paulo: Martins Fontes (1996 [1967]).

ENGELS, Friedrich. **Dialética da Natureza**. Lisboa: Editorial Presença (1974 [1878-1879]).

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG 2008 (1972).

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra (1979).

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (1988 [1984]).

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (1993 [1989]).